

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho  
no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.  
São Paulo. 02-05 de julho 2013.**

**GT03 - Gênero, trabalho, profissões e políticas sociais na América  
Latina na atualidade: o que nos aproxima e o que nos distancia?**

## **RESUMO**

**Título do trabalho:**

**A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho  
segundo gênero: implicações para a superação da pobreza**

**Autor: Lilia Montali.**

**Núcleo de Estudos de Políticas Públicas**

**NEPP –UNICAMP**

**Outubro de 2012**

## RESUMO

### **A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza \***

Líli Montali. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP -UNICAMP

O objetivo do artigo é evidenciar como a divisão sexual do trabalho internalizada pela sociedade é um dos fatores que dificultam a superação da condição de pobreza especialmente em arranjos domiciliares com a presença de crianças e adolescentes. Análises sobre as Regiões Metropolitanas Brasileiras (Montali, 2011(ANPOCS); Montali, 2012 (ALAP)) mostram como as mulheres responsáveis por crianças e adolescentes se inserem proporcionalmente mais em trabalhos precários que outras mulheres; mostram também um gradiente que relaciona de forma positiva a condição de inserção destas, variando de ocupações não precárias, ocupações precárias e condição de não trabalho, com o acesso de crianças de 0 a 6 anos à creche e à educação infantil. A análise por decís de renda domiciliar per capita corrobora e refina esse gradiente; reafirmando a urgência de políticas de conciliação família-trabalho enquanto elemento relevante para promover a igualdade de gênero e para combater a pobreza.

---

\* Apresenta resultados de projetos de pesquisa de responsabilidade de Líli Montali sob a temática “Família, trabalho e políticas sociais: mudanças e impactos sobre as famílias metropolitanas nas duas últimas décadas” desenvolvidos com o apoio do CNPq, junto ao NEPP/UNICAMP. VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo. 02-05 de julho 2013.

## RESUMO AMPLIADO

### **A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza\***

Lilia Montali. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP -UNICAMP

O objetivo do artigo é evidenciar como a divisão sexual do trabalho internalizada pela sociedade é um dos fatores que dificultam a superação da condição de pobreza especialmente em arranjos domiciliares com a presença de crianças e adolescentes. Análises sobre as Regiões Metropolitanas Brasileiras (Montali, 2011(ANPOCS); Montali; Lima, 2012 (ALAP)) mostram como as mulheres responsáveis por crianças e adolescentes se inserem proporcionalmente mais em trabalhos precários que outras mulheres; mostram também um gradiente que relaciona de forma positiva a condição de inserção destas, variando de ocupações não precárias, ocupações precárias e condição de não trabalho, com o acesso de crianças de 0 a 6 anos à creche e à educação infantil. A análise por decís de renda domiciliar per capita corrobora e refina esse gradiente; reafirmando a urgência de políticas de conciliação família-trabalho enquanto elemento relevante para promover a igualdade de gênero e combater a pobreza.

O artigo visa aprofundar a análise do tema nas regiões metropolitanas utilizando os dados censitários de 2010 e tendo como referência os estudos recentes sobre a temática. Neste resumo ampliado são apresentados obtidos através de processamento e análise de dados das PNAD-IBGE que serão aprofundados através dos dados a serem produzidos com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010, disponibilizados recentemente.

A atualidade da questão abordada se reafirma com base nas análises de organizações multilaterais como OIT/PNUD e Banco Mundial que ressaltam a importância da equidade de gênero no mercado de trabalho para o desenvolvimento social e a

---

\* Apresenta resultados de projetos de pesquisa de responsabilidade de Lilia Montali sob a temática “Família, trabalho e políticas sociais: mudanças e impactos sobre as famílias metropolitanas nas duas últimas décadas” desenvolvidos com o apoio do CNPq, junto ao NEPP/UNICAMP. VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo. 02-05 de julho 2013.

necessidade da implementação de resoluções acordadas nesse sentido que incluem diversas medidas de conciliação família-trabalho. Apontam, por outro lado, a limitada implementação das mesmas nos diversos países latino-americanos. A equidade de gêneros e a co-responsabilidade social são apontadas como elementos para promover a igualdade e combater a pobreza a partir do mercado de trabalho (OIT/PNUD, 2009).

Este estudo que toma a divisão sexual do trabalho como referência para análise pretende evidenciar que esta, ao limitar a inserção de mulheres ao mercado de trabalho, cria empecilhos para a redução das desigualdades não apenas de gênero no mercado de trabalho, mas também entre arranjos domiciliares que contém crianças e adolescentes, identificados por estudos anteriores (Montali; Lima, 2008) como mais vulneráveis ao empobrecimento. Este fato ocorre relacionado à composição desses arranjos domiciliares, que, - por um lado, incluem maior número de dependentes e, - por outro lado, dada a ausência de divisão sexual do trabalho mais igualitária no domicílio, soma-se a inserção de mulheres responsáveis (cônjuges e chefes-femininas) predominantemente através de vínculos contratuais precários, a que são impingidas na tentativa de conciliar as atividades domésticas com as atividades remuneradas no mercado. Estas inserções precárias e intermitentes propiciam baixos rendimentos. Dessa forma, embora a importância da entrada da mulher no mercado de trabalho para a composição da renda familiar, sua contribuição para a superação da pobreza nos arranjos domiciliares mais fragilizados poderia ser mais efetiva se houvesse maior equidade na inserção no mercado de trabalho.

### **Divisão sexual do trabalho e as implicações para a inserção de homens e de mulheres no mercado de trabalho**

A investigação na qual se baseia este artigo é norteadada pela abordagem da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero, e entende que a disponibilidade para a inserção no mercado de trabalho é condicionada pelo gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e pelas relações hierárquicas do grupo doméstico, por um lado e, por outro, por restrições diferenciadas encontradas por seus componentes no mercado de trabalho. Dessa forma, entende-se que existem barreiras e motivações distintas que mobilizam ou restringem os diferentes componentes da família para o trabalho.

Esta abordagem explicitou a divisão sexual do trabalho vigente como um dos desafios que limitam a inserção em empregos de qualidade de mulheres responsáveis pela família, em especial em arranjos com a presença de crianças e de adolescentes.

Sob a ótica da divisão sexual do trabalho vigente são complementares a tradicional atribuição à mulher das responsabilidades sobre a administração doméstica e o cuidado dos filhos e a atribuição ao homem das responsabilidades no âmbito público e o mundo do trabalho. Estas atribuições vêm sendo questionadas e a experiência da inserção das mulheres no mercado de trabalho as vêm colocando em cheque, porém poucas mudanças tem ocorrido nessas atribuições, conforme indicado por diversos estudos (BANCO MUNDIAL, 2012; OIT; PNUD, 2009).

Análise dessa questão evidencia dois aspectos: por um lado, a temática acerca da conciliação família-trabalho não tem sido tratada de forma suficiente pelo Estado (OIT; PNUD, 2009; SORJ, 2007; dentre outros); por outro lado, no âmbito dos domicílios, poucas mudanças são alcançadas e um dos indicadores desse fato é o tempo de trabalho dispendido em atividades domésticas pelos cônjuges de ambos os sexos (ARAUJO; PICANÇO; SCALON, 2007; BRUSCHINI E OUTROS, 2011; BANCO MUNDIAL, 2012). No caso do Brasil, pesquisas de opinião têm confirmado a permanência de valores condizentes com a concepção tradicional da divisão sexual do trabalho na família (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011; ARAUJO E OUTROS, 2007, FOLHA DE SÃO PAULO, 2010).

Outro aspecto a considerar, que reforça a ideia da permanência das atribuições da tradicional divisão sexual do trabalho, como mencionado acima, é a inserção diferenciada no mercado de trabalho de mulheres com diferentes responsabilidades nos domicílios identificadas por sua posição na família, como evidenciado por MONTALI, 2003 e MONTALI, 2012. Na busca por conciliar família e trabalho mulheres-cônjuge e mulheres chefes de família apresentam-se em maiores proporções absorvidas em trabalho precário do que mulheres com posição distinta na estrutura doméstica, como as filhas.

### **Os desafios da equidade sob a atual divisão sexual do trabalho**

A conhecida ampliação da entrada da mulher no mercado de trabalho pouco alterou suas atribuições domésticas, que passam a ser assumidas como dupla jornada. Este fato é apontado por estudos que mostram a manutenção destas atividades como femininas

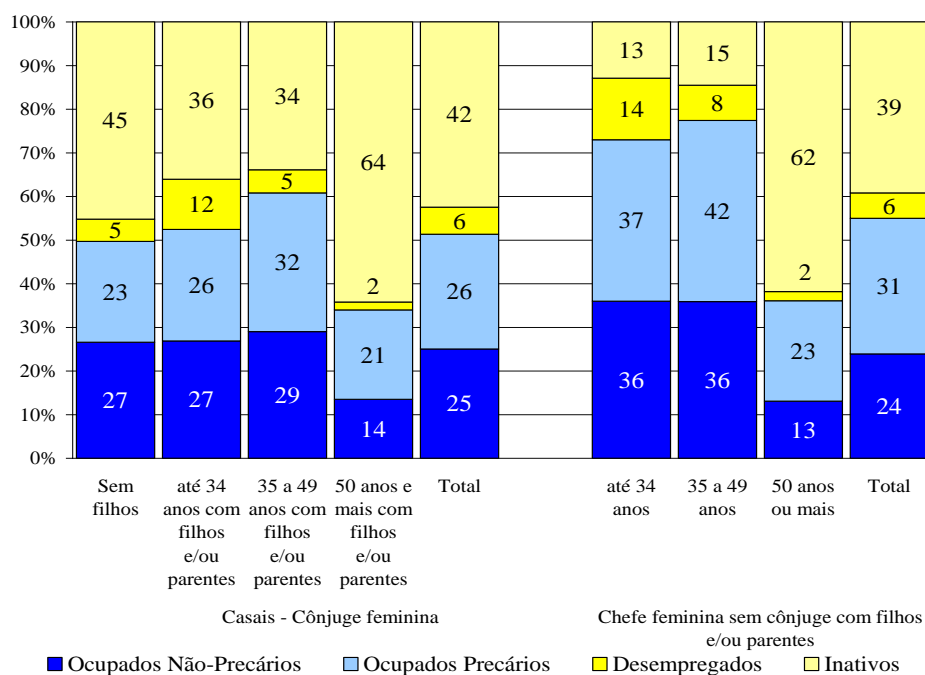
também em países da Europa e da América do Norte com poucos avanços das políticas governamentais que facilitem a conciliação família-trabalho (SORJ; OUTROS, 2007).

Na análise que compara os arranjos domiciliares com presença de crianças e adolescentes - que coincidem com aqueles mais vulneráveis ao empobrecimento - com os outros arranjos, fica evidente a mobilização acentuada das mulheres cônjuge e chefes monoparentais para o mercado e os limites colocados por suas atribuições familiares, que se expressam na inserção precária e no elevado desemprego (Gráfico 1). Destacam-se entre os arranjos domiciliares com maior proporção de crianças e adolescentes entre seus componentes aqueles nucleados por casal em que a cônjuge tem idades até 34 anos e entre 35 e 49 anos, bem como nos arranjos monoparentais em que a chefe feminina está nesses grupos de idade. Estes coincidem com os arranjos familiares identificados como os que apresentam maiores fragilidades para garantir a sobrevivência e que são mais suscetíveis ao empobrecimento são identificados (Montali; Lima, 2008): arranjos domiciliares nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes (que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família); aqueles em que o casal tem idades entre 35 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes (etapa de expansão do ciclo vital familiar); e as famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes.

Considerando os arranjos domiciliares conjugais e monoparentais, nos quais a mulher-cônjuge e a mulher-chefe têm até 34 anos, e sem deixar de considerar a especificidade já referida que as diferencia referente às taxas mais elevadas para as chefes femininas, verifica-se, entre as ocupadas, que estas se dividem em cerca da metade entre ocupações não precárias e ocupações precárias; também chama a atenção no caso de ambas, as mais elevadas proporções em busca de emprego, comparativamente àquelas nos outros arranjos domiciliares (Gráfico 1). Lembrando que essa idade das mulheres identifica os arranjos da etapa de constituição da família que concentram a maior parte das crianças de até 6 anos de idade, as características apontadas da inserção laboral das cônjuges e chefes femininas sem cônjuge com idades até 34 anos revelam os constrangimentos que encontram para sua inserção no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, a elevada proporção destas em ocupação precária evidencia as limitações para o acesso a empregos de qualidade relacionada às suas atribuições sob a divisão sexual do trabalho vigente e as dificuldades de conciliar família e trabalho. Em segundo lugar, a maior proporção de

desempregadas entre estes componentes familiares, evidencia as maiores restrições do mercado de trabalho para absorver mães jovens, que possivelmente ainda terão filhos<sup>1</sup>.

**Gráfico 1**  
**Inserção de cônjuges e chefes femininas no mercado de trabalho segundo**  
**tipologia de arranjo domiciliar, Regiões metropolitanas brasileiras, 2001- 2009**



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP.

Por sua vez, a análise da condição de absorção da força de trabalho das cônjuges que participam de arranjos com filhos e das mulheres-chefe com filhos nas idades entre 35 e 40 anos, mostra que estas apresentam como traço comum taxas de participação e de ocupação mais elevadas que as mais jovens; apresentam, entretanto, proporções mais elevadas de ocupadas absorvidas em atividades marcadas pela precariedade, evidenciando por um lado, as restrições impostas pela divisão sexual do trabalho vigente tanto na família como no mercado de trabalho e, por outro, as estratégias das mulheres com filhos para viabilizar a conciliação família-trabalho.

Um achado desta investigação é a relação positiva entre inserção no mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e das mulheres chefes de domicílios monoparentais e o acesso à educação infantil.

<sup>1</sup> Análise que discute os custos para as empresas do trabalho das mulheres associado à maternidade e ao cuidado infantil é feita em OIT (2005).

No presente estudo observou-se um gradiente que relaciona a taxa de acesso à educação infantil e o tipo de vinculação ao mercado de trabalho das mulheres-cônjuge e chefes femininas monoparentais. Constatou-se, assim, um gradiente do maior ao menor acesso a educação infantil (0-3 e 4-6 anos) correspondendo a vinculações não precárias, precárias e ao não trabalho de mulheres, sejam elas cônjuges ou chefes femininas sem cônjuge, em arranjos domiciliares com filhos. Esse gradiente foi constatado nos dois anos analisados, 2001 e 2009 (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**Taxa de acesso escolar de crianças por idades, segundo condição de**  
**ocupação e idade da cônjuge e da chefe feminina por tipo de arranjo**  
**domiciliar (%)**  
**Regiões metropolitanas brasileiras, 2009**

			Taxas de acesso escolar (3)			
			Cônjuge feminino arranjos conjugais		Chefe feminino monoparental	
			Faixas de idade (2)		Faixas de idade (2)	
			0 a 3	4 a 6	0 a 3	4 a 6
<b>50% mais pobres</b>	<b>Trabalho Não Precário</b>	Até 34 anos	30,3	84,6	29,7	91,3
		35 a 49 anos	30,0	87,4	23,7	82,6
		Total (1)	30,3	85,5	27,6	86,7
	<b>Trabalho Precário</b>	Até 34 anos	24,3	80,0	21,3	82,5
		35 a 49 anos	21,0	80,5	17,2	83,2
		Total (1)	22,8	80,3	20,2	82,3
	<b>Não Trabalha</b>	Até 34 anos	11,2	76,5	19,2	74,7
		35 a 49 anos	16,0	77,2	20,2	68,5
		Total (1)	13,1	76,9	20,9	75,1
<b>Total</b>	<b>Trabalho Não Precário</b>	Até 34 anos	36,6	87,8	33,6	90,9
		35 a 49 anos	37,1	94,8	33,3	86,6
		Total (1)	37,4	90,6	34,6	88,4
	<b>Trabalho Precário</b>	Até 34 anos	26,4	80,6	22,4	83,9
		35 a 49 anos	26,8	85,4	17,8	86,0
		Total (1)	26,1	82,6	21,2	84,3
	<b>Não Trabalha</b>	Até 34 anos	13,2	76,8	19,4	75,1
		35 a 49 anos	17,5	80,1	18,9	70,0
		Total (1)	15,6	78,2	22,1	77,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Elaboração: NEPP/UNICAMP.

(1) O Total, para a cônjuge, inclui outros arranjos nucleados por casal. Na tabela constam apenas os arranjos com crianças menores de 10 anos de idade (filhos ou outros parentes).

(2) Inclui todas as crianças nestas idades presentes no domicílio, sejam filhos ou outros parentes.

(3) Taxa de acesso escolar: proporção de crianças na faixa etária específica que freqüenta creche ou escola, em relação ao total de crianças na respectiva faixa etária.

Estas informações explicitam como os valores tradicionais da divisão sexual do trabalho limitam a inserção laboral das mulheres com encargos por filhos no acesso a empregos



de qualidade e a melhores remunerações, apesar das elevadas taxas de participação destas no mercado de trabalho. Indicam também que, embora tenham participação importante na composição dos rendimentos domiciliares, poderia contribuir de forma mais efetiva para a superação da pobreza, em muitas situações, se houvesse política de apoio no cuidado de crianças através de educação infantil adequada e no cuidado de adolescentes através da educação em tempo integral, que viabilizasse a conciliação das atividades relacionadas à família e as atividades no mercado de trabalho. Este é um dos aspectos a se considerar como foco importante das políticas de equidade de gênero no mercado de trabalho. Certamente os efeitos positivos de tal política para a equidade de gênero no mercado de trabalho teriam repercussões nos tipos de arranjos identificados neste estudo como mais vulneráveis ao empobrecimento e também na redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos, objeto deste estudo.

### **Referências Bibliográficas**

ARRIAGADA, I. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. IN: ARAUJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Org) – **Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada**. Bauru: EDUSC, 2007.

BANCO MUNDIAL, 2012. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 2012. Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. Visão Geral**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2012. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em junho de 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010** / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Pp: 142-177. Acesso em 01/02/2012.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 29/05/2011.

HEINEN, J.; HIRATA, H.; PFEFFERKORN, R. (Org.). **État / Travail / Famille: “conciliation” ou conflit?**. Cahiers du genre. Paris, L’Harmattan, 2009.

MONTALI, L.; TAVARES, M.. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, p. 211-231, jul/dez 2008.

MONTALI, L.; LIMA, M. Os desafios para a redução da desigualdade de renda entre os domicílios metropolitanos. **ANAIS. XXVIII Congresso Internacional da ALAS**. Associação Latino Americana de Sociologia. Recife, 6 a 10 de setembro de 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oit.org.br>. Acesso em junho de 2012.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 573-594, set/dez. 2007.